



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Processo nº: **0008712-08.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Títulos de Crédito**
 Exequente: **FABRICIO LANCELOTTI CENTRO AUTOMOTIVO ME- Representado pela preposta Sra. Cindia Lancelotti, RG. 4218589-X desacompanhado(a) de advogado.**
 Executado: **José Aparecido da Silva CPF. 220.122.508,74, RG. 32625317 - Desacompanhado de advogado.**

Aos 14 de outubro de 2015, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes e representantes, acima identificados. Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos: **1-O** requerido pagará ao requerente, por conta de todo o débito, o valor de **R\$-4.000,00**, em **dezesseis parcelas** iguais, fixas e consecutivas, no valor de **R\$-250,00 cada uma**, vencendo-se a primeira em **25/10/2015** e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes; **2-Os** pagamentos serão efetuados diretamente na conta corrente do autor, **Caixa Econômica Federal – Agência 1998 C/C JURÍDICA 2179-7**, CPNJ. 17.512.329/0001-34, e o(s) comprovante(s) de depósito servir(ão) como recibo; **3-O** não pagamento de uma das parcelas implicará no vencimento antecipado das demais além de **multa de 10% sobre o saldo remanescente da dívida**; **4-Neste** ato, o autor entrega ao requerido as duplicatas mercantis referentes aos meses de junho, julho, agosto e setembro/2015 a fim de que o requerido providencie a baixa em cartório. Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 269, III do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias do prazo previsto para o pagamento da última parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* Eu, Edilson de Oliveira Santos, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

MM Juiz:

Preposto:

Requerido:

DOCUMENTO TAMBÉM ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA